

Governo avalia projeto adicional para manter arrecadação do IR

Fazenda reavalia cálculos após reunião entre Haddad e Renan Calheiros

O governo federal estuda enviar um projeto de lei complementar para compensar eventuais perdas de arrecadação com a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR). A medida foi discutida nesta terça-feira (28) em reunião entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da proposta no Senado.

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados no início de outubro eleva a isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil mensais e reduz as alíquotas para rendimentos de até R\$ 7.350. Aprovada por unanimidade na Câmara, a proposta, uma das prioridades do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, agora tramita no Senado.

Cálculos divergentes

Durante a reunião, Haddad afirmou que a equipe econômica considera o projeto “neutro do ponto de vista fiscal”, mas reconheceu que novos estudos apontam possíveis perdas de arrecadação. Cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI) estimam um impacto negativo de R\$ 1 bilhão por ano, enquanto a Consultoria do Senado projeta uma renúncia de até R\$ 4 bilhões anuais.

“Em caso de confirmação de um déficit um pouco maior do que a Fazenda estima, de R\$ 1 bilhão ou R\$ 2 bilhões, o Senado pode contribuir aprovando um projeto complementar para não colocar em risco a neutralidade fiscal”, disse Haddad após a reunião de pouco mais de uma hora.

O ministro ressaltou que a equipe técnica vai “refazer os



cálculos” e apresentar os resultados a Renan Calheiros até esta quarta-feira (29). “Tivemos todo o cuidado de garantir a neutralidade fiscal. Mesmo assim, vamos confrontar os números com a Receita para uma conferência definitiva”, afirmou Haddad.

Cenários em discussão

Renan Calheiros declarou que avalia cinco caminhos possíveis para a tramitação da proposta no Senado: aprovação do texto como veio da Câmara, inclusão de emendas de redação, supressão de trechos, desmembramento da proposta ou apresentação de um projeto complementar.

“Vou fazer a opção por um desses cenários, preocupado sobretudo com a rápida sanção pelo presidente da República desta matéria, que é a mais importante que tramita no Congresso Nacional”, afirmou o senador em

coletiva.

Segundo o relator, a prioridade é garantir que o texto siga diretamente para sanção presidencial, sem necessidade de retornar à Câmara. Alterações de mérito poderiam obrigar nova análise dos deputados, o que o governo quer evitar para acelerar a entrada em vigor das novas faixas já em 1º de janeiro de 2026.

Neutralidade fiscal

A proposta prevê compensar a perda de receita com tributação sobre lucros e dividendos, além da criação de uma alíquota mínima de IR de até 10% sobre rendas superiores a R\$ 600 mil anuais. Mesmo assim, técnicos do Senado e da IFI apontam que essas medidas podem não ser suficientes para cobrir o impacto fiscal.

Haddad reforçou que o compromisso da Fazenda é manter

o equilíbrio das contas públicas. “Queremos que o Senado aprecie o projeto brevemente. Se houver necessidade de ajustes, faremos de forma responsável, para preservar a neutralidade fiscal”, declarou.

Calendário de votação

Renan informou que ainda nesta semana discutirá com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e líderes partidários se o parecer será apresentado nos próximos dias ou apenas na semana que vem, quando as sessões voltam a ser presenciais.

“Vou conversar com o presidente e os líderes para decidir se votamos nesta semana ou deixamos para a próxima. O importante é garantir a aprovação rápida e segura da matéria”, disse o senador.

O Palácio do Planalto considera a reforma do IR um dos principais projetos econômicos do governo. A equipe econômica estima que cerca de 15 milhões de brasileiros deixarão de pagar o imposto ou terão redução no valor retido na fonte, caso a proposta seja sancionada até o fim do ano. Para que isso ocorra, no entanto, o texto precisa ser aprovado ainda em 2025.

Fonte: Agência Brasil

Foto: Lula Marques

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 1ª, 2ª e 3ª Convocação

Ficam convocados os 20 cooperados da COOPROVEPE (COOPERATIVA DE CONSUMO DOS EMPREGADOS PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS VENDEDORES, CONSULTORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÉUTICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO), CNPJ Nº16.559.648/0001-32, NIRE Nº 2640.0019746, PARA SE REUNIREM EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada na sede da cooperativa, localizada na (Av. Gov Carlos de Lima Cavalcanti, 3995 sala 29 Casa Caiada Olinda PE Cep 53.040-000), no dia 07 de Novembro de 2025; com 1ª convocação às 13:00 horas, na primeira; 2ª às 14:00 horas e a 3ª e última convocação às 15:00, com a presença de no mínimo, 11 (Doze) associados, para deliberar sobre o seguinte: **ORDEM DO DIA:** 1º) Busca de Compromisso de diretoria em Realização de Eventos. 2º) Outros Assuntos de interesses da Sociedade. OLINDA (PE), 28 de Outubro de 2025. Aluizio de Albuquerque Cavalcanti



Documento assinado e certificado digitalmente no dia 28/10/2025 conforme MP nº 2.200-2. A autenticidade pode ser conferida ao lado



Conteúdo produzido pelo Jornal Diário da Manhã pe. A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR code ao lado

Tempo hoje em Recife

26°
22°

DM - Dolar hoje

	Dólar Comercial : 5,1620
	Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR

(81)3424-6989/3224-6967

(81)99894-9401

(81) 99871-0165